

Anexo

1. Identificação da Entidade

1.1 – Designação da entidade: *Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição*

1.2 – NIF: 500903328

1.3 – Sede social: *Rua de S. Geraldo nº 24, União de Freguesias Sé, Cividade e Maximinos*

1.4 – Endereço eletrónico: *csic.braga@sapo.pt*

1.5 – Natureza da atividade: O *Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição*, é uma instituição sem fins lucrativos, o registo foi lavrado provisoriamente pela inscrição nº 78/83, de fl 17 a fl.17vº do livro nº 2 das fundações de solidariedade social e convertido em definitivo pelo averbamento nº 1 a referida inscrição.

A alteração de estatutos foi aprovada em 22/10/2015 pela autoridade eclesiástica competente e o registo foi lavrado pelo averbamento nº 4, à inscrição nº 78/83, a fls. 17 e 17 Verso do Livro nº 2 das Fundações de Solidariedade Social, considerando-se efetuado em 23/09/2016, nos termos do nº 4 do artigo 9º..

- Atividade Principal CAE 85100 – Educação Pré – Escolar;
- Atividade Secundária: 88910 – Atividade de Cuidados para Crianças sem Alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- a) Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- b) Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- c) Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- d) NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- e) Normas Interpretativas (NI).

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Nota 13)

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- f) A natureza da reclassificação;
- g) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- h) Razão para a reclassificação.

b) - Outras políticas Contabilísticas:

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou pelo Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros ativos fixos tangíveis	4 e 6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Inventários

Os inventários são registados ao custo de aquisição.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes/utentes e outros créditos

Os "Clientes/utentes" e "Outros créditos" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.



Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Estado e outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as *instituições particulares de solidariedade social*, estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Subsídios do Estado

Os subsídios apenas são reconhecidos quando uma certa razãoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdidos para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão incluídos no item de “Outras variações nos fundos patrimoniais”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

c) - Principais pressupostos relativos ao futuro

Gestão de risco financeiro

• Risco de Liquidez:

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a instituição mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i). Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento, e
- (ii). Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus objetivos e estratégia.

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Instituição.

d) - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações nas estimativas.

3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:

Não foram efetuadas correções de erros de períodos anteriores.

4. Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2015							
Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2015
Custo							
Equipamento básico	200.953,65	-	-	-	-	-	200.953,65
Equipamento de transporte	19.506,00	-	-	-	-	-	19.506,00
Equipamento administrativo	132.678,16	-	-	-	-	-	132.678,16
Outros ativos fixos tangíveis	10.849,23	500,00	-	-	-	-	11.349,23
Total	363.987,04	500,00	-	-	-	-	364.487,04
Depreciações acumuladas							
Equipamento básico	196.614,84	3.940,35	-	-	-	-	200.555,19
Equipamento de transporte	19.506,00	-	-	-	-	-	19.506,00
Equipamento administrativo	130.615,64	2.062,49	-	-	-	-	132.678,13
Outros ativos fixos tangíveis	10.849,23	125,00	-	-	-	-	10.974,23
Total	357.585,71	6.127,84	-	-	-	-	363.713,55
Quantia escriturada							773,49

31 de dezembro de 2016							
Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2016
Custo							
Equipamento básico	200.953,65	432,96	-	-	-	-	201.386,61
Equipamento de transporte	19.506,00	-	-	-	-	-	19.506,00
Equipamento administrativo	132.678,16	2.545,01	-	-	-	-	135.223,17
Outros ativos fixos tangíveis	11.349,23	-	-	-	-	-	11.349,23
Total	364.487,04	2.977,97	-	-	-	-	367.465,01
Depreciações acumuladas							
Equipamento básico	200.555,19	238,81	-	-	-	-	200.794,00
Equipamento de transporte	19.506,00	-	-	-	-	-	19.506,00
Equipamento administrativo	132.678,13	509,03	-	-	-	-	133.187,16
Outros ativos fixos tangíveis	10.974,23	125,00	-	-	-	-	11.099,23
Total	363.713,55	872,84	-	-	-	-	364.586,39
Quantia escriturada							2.878,62

5. Investimentos financeiros

Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Os saldos dos investimentos em Entidades participadas e associadas, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, apresentavam-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-dez-2016
Fundo de Compensação	95,97	118,26	-	-	214,23
Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável	-	20.000,00	-	-	20.000,00
Total	95,97	20.118,26	-	-	20.214,23

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2015	CMVMC em 2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	26.154,42	3.896,42	-	30.050,84
Total	-	26.154,42	3.896,42	-	30.050,84

Descrição	Inventário em 01-jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2016	CMVMC em 2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	26.752,48	6.256,59	-	33.009,07
Total	-	26.752,48	6.256,59	-	33.009,07

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” desdobram-se da seguinte forma:

- Matérias-primas: 33.009,07€;

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição e foram consumidas na sua totalidade.

7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “*Créditos a receber*” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Clientes e Utentes c/c	816,50	193,75
Utentes	816,50	193,75

Descrição	Até 6 meses
Clientes c/c	-
Utentes c/c	816,50
Total	816,50

8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	574,04	-
Total	574,04	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8.033,58	2.162,74
Segurança Social	10.271,82	5.243,60
Fundos Compensação	14,91	7,60
Total	18.320,31	7.413,94

9. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	570,90	1.062,20
Depósitos à ordem	5.503,52	16.076,80
Depósitos a prazo	245.500,00	275.748,06
Total	251.574,42	292.887,06

10. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Juros a Receber	900,00	1.040,00
Total	900,00	1.040,00

11. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2016
Fundos	28.431,75			28.431,75
Resultados transitados	209.755,17	2.761,00		212.516,17
Resultado líquido do período	2.761,00	(40.246,72)	2.761,00	(40.246,72)
Total	240.947,92	(37.485,72)	2.761,00	200.701,20

Nota:

Resultados transitados:

- Aumento de 2.761,00, de transferência do resultado líquido positivo de 2015

Resultado líquido do exercício:

- Aumento de (40.246,72), do resultado negativo de 2016.
- Diminuição de 2.761,00, pela transferência do resultado positivo do exercício de 2015, para Resultados Transitados.

12. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores c/c	1.952,98	-
Total	1.952,98	-

Descrição	0-30 dias
Fornecedores c/c	1.952,98
Total	1.952,98

13. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

Pessoal	15.080,40	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar ao pessoal	39.570,00	44.815,00
Outros acréscimos de gastos	1.332,92	1.813,41
Total	55.983,32	46.628,41

14. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados:"

Serviços prestados:

Descrição	2016	2015
Quotas dos utilizadores	153.269,80	163.860,58
Jardim de Infância	76.367,50	86.108,22
ATL	76.902,30	77.752,36
Total	153.269,80	163.860,58

15. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	200.349,36	219.073,32
Doações e heranças	12.172,80	5.239,76
Total	212.522,16	224.313,08

Descrição	2016	2015
Instituto Segurança Social, IP	200.349,36	219.073,32
Doações e heranças (Donativos)	12.172,80	5.239,76
Total	212.522,16	224.313,08

16. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados	34.463,29	28.667,13
Trabalhos especializados	9.225,44	9.309,75
Vigilância e segurança	1.896,96	752,30
Honorários	14.918,36	16.331,06
Conservação e reparação	8.415,03	2.274,02
Outros	7,50	-
Materiais	5.873,58	4.726,32
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	857,91	47,89
Livros e documentação técnica	520,33	35,00
Material de escritório	565,32	292,84
Artigos para oferta	37,50	173,87
Outros	3.892,52	4.176,72
Material didático	1.364,71	2.163,07
Jornais e revistas	131,24	-
Vestuário e calçado de utentes	2.396,57	2.013,65
Energia e fluidos	17.350,34	18.436,18
Electricidade	9.904,57	8.638,41
Combustíveis	3.872,27	5.996,10
Água	3.573,50	3.801,67
Deslocações, estadas e transportes	6.664,70	5.504,00
Deslocações e estadas	6.649,70	5.504,00
Transportes de pessoal	15,00	-
Serviços diversos	7.681,22	8.751,90
Comunicação	1.598,55	1.660,09
Seguros	1.926,74	2.230,13
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	3.144,90	2.991,35
Outros serviços	1.011,03	1.870,33
Reparação, conservação edifícios cedidos	-	1.268,94
Encargos de saúde com utentes	26,55	190,29
Rouparia	39,00	-
Diversos	945,48	411,10
Total	72.033,13	66.085,53

17. Gastos com o pessoal

Os órgãos sociais da Entidade, não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 e 2015, foi de "19".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações do pessoal	237.256,61	248.268,79
Encargos sobre Remunerações	57.263,14	51.793,08
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	1.798,48	2.429,30
Outros gastos com Pessoal	26.063,40	100,00
Total	322.381,63	302.591,17

18. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos suplementares (Serviços sociais)	9.655,81	8.913,16
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	628,48	-
Outros	11.166,99	4.587,85
Correções relativas a períodos anteriores	10.692,35	1.987,65
Imputação de subsídios para investimentos	-	2.600,20
Restituição de impostos	474,00	-
Outros não especificados	0,64	-
Total	21.451,28	13.501,01

19. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Outros	340,00	143,91
Quotizações	340,00	58,91
Outros não especificados	-	85,00
Total	340,00	143,91

20. Resultados financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	88,22
Total	-	88,22
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.146,71	6.173,84
Total	1.146,71	6.173,84
Resultados financeiros	1.146,71	6.085,62

21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.